

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: uma revisão de literatura sobre estratégias de governamentalidade e biopolítica no apoio à inclusão¹

EDUCAÇÃO

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

SOUZA, M.¹; SARDAGNA, H.²

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade compartilhar a etapa de revisão de literatura de uma pesquisa que busca analisar estratégias de implementação dos serviços de apoio à inclusão vinculada ao AEE em escolas públicas do município de Canoas, sob as noções foucaultianas. A revisão se deu em repositórios de pesquisas científicas e elencou estudos sobre a temática. Os resultados demonstram que as maiores recorrências identificadas têm a ver com a problematização da inclusão, enquanto um discurso que deve ser assumido e repetido por todos, sem que se olhe para o caráter normalizador das práticas e para as ações de controle das condutas tanto dos docentes, quanto dos discentes. Assim a governamentalidade contribui para que as políticas sejam assumidas por todos numa lógica de regulação mútua, no contexto da biopolítica.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; inclusão, governamentalidade; biopolítica.

1 INTRODUÇÃO

A escola pública é um direito de todos e as políticas públicas de inclusão são fundadas sob os discursos de direitos de igualdade e garantia de acesso à permanência. Por este motivo, falar de inclusão nos remete a analisar o contexto em que se concretizam as políticas públicas. Todavia, com inspiração nos estudos foucaultianos, entende-se as políticas no bojo do controle e regulação da população, como prática biopolítica.

¹ Trabalho vinculado à ação de Extensão “Ciclo de leitura e debate sobre obras de Michel Foucault” registrada na Pró-Reitoria de Extensão da UerGS, sob a coordenação de Helena Venites Sardagna, transcorrida no período de 28/10/2021 a 16/12/2021.

¹ Mariele da Silva de Souza, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Aluna Mestrado [Apresentadora do trabalho]).

² Helena Venites Sardagna, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Servidor docente [Orientadora]).

Nessa concepção pode-se inferir que ao defender a inclusão, também estamos assumindo um discurso universalizante, que em nome da segurança e bem-estar do outro, se torna inquestionável. Sendo assim, podem-se problematizar as próprias ações do professor do AEE, pois ao traçar uma trajetória para o aluno, ao estabelecer lugares de chegada, compara e classifica esse sujeito segundo parâmetros e normas advindos das práticas de governamentalidade.

A revisão de literatura permite aprofundar estudos que atrelam inclusão educacional, políticas públicas (dever do estado) e a biopolítica, que tornam professores de AEE como peças-chave, agindo e garantindo atendimento aos alunos com deficiência, efetivando práticas de governo para que se cumpram as metas de incluir a todos.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica é bibliográfica, seguindo etapas da revisão de literatura, na busca pelos descritores como serviço de apoio, AEE, biopolítica, governo/governamentalidade e in/exclusão. Foi realizada em quatro repositórios brasileiros que concentram as publicações de várias universidades: a) Bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SCIELO); b) Repositório Google acadêmico e c) repositório LUME (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e no d) Portal de Periódicos da CAPES/MEC.

Foi definido como critério de inclusão estudos publicados em português, entre os anos de 2008 e 2020, a partir da publicação da Política Nacional em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que está em vigência. Foram consideradas pesquisas com a temática educação especial e inclusiva e que possuíam orientações inspiradas nos estudos foucaultianos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a revisão completa, foram selecionadas 21 publicações, sendo elas: 11 artigos; 8 dissertações e 2 teses, contudo, para o presente texto foram selecionados 6.

Gräff e Medeiros (2016) pesquisam sobre “Inclusão escolar: Atendimento Educacional Especializado, expertise e normalização”, e defendem que o profissional do AEE assume um papel de normalização do sujeito com

deficiência. Trazem que os professores do AEE fazem uso de técnicas para aproximar o máximo possível de padrões, visam produzir subjetividades inclusivas, colocando em operação diferentes mecanismos, regulando os sujeitos, agindo pela governamentalidade. “A escola figura como principal aparelho de disciplinarização e controle. No espaço/maquinaria escolar são produzidos sujeitos úteis às demandas de mercado” (GRÄFF; MEDEIROS, 2016, p. 199).

Para os autores a escola é um dos principais dispositivos de disciplinarização e conduta dos corpos, dentro do mesmo espaço físico. Colocam em prática discursos capazes de moldar os sujeitos a preceitos sociais, de modo que ninguém escapa do controle e processo de normalização.

A pesquisa de Barbosa (2019) adentra no mesmo sentido, demonstrando o protagonismo docente dos professores de AEE, com suas invenções pedagógicas dentro dos espaços denominados sala de recursos multifuncional (SRM). Essas práticas pedagógicas incidem no governo dos corpos e condutas dos estudantes com deficiência. Utiliza a grade de inteligibilidade da governamentalidade, enfatizando que professores do AEE conduzem e são conduzidos através de práticas discursivas, que muitas vezes vão além do discurso pedagógico, adentrando também na área médica.

Esse apontamento é pertinente, considerando que o professor do AEE acaba por agir na normalização dos corpos com deficiência, e o discurso que dá sustentação a sua prática, acaba contribuindo para “construção” de corpos úteis para a sociedade, ainda que muitas vezes adentrem em saberes os quais são alheios a sua área de formação como os da medicina e psicologia.

Já a Tese de Santos (2010) parte do entendimento de que as políticas de inclusão enfatizam que o êxito da inclusão social da pessoa com deficiência depende do êxito da inclusão escolar. Este processo de inclusão escolar se refere tanto à aprendizagem quanto à participação de todos os estudantes considerados vulneráveis ou excluídos, não basta somente a matrícula destes alunos, mas sim a participação efetiva.

A autora utiliza a noção de inclusão como uma estratégia que busca introduzir todos dentro do jogo econômico “que tem como principal objetivo a gestão do risco social” (SANTOS, 2010, p. 27); e a noção de governamentalidade

para entender a estatística como uma tecnologia e prática de governo, para analisar como se conduzem as condutas dos homens, de forma que cada um se responsabilize em prover suas necessidades, visando diminuir a dependência do Estado.

Heck e Ferraro (2020) evidenciam a percepção de inclusão surgindo como senso comum entre professores e profissionais da educação básica, quando o ideal seria estes docentes repensarem suas práticas. Reforça que “é preciso que os docentes percebam a inclusão como um dispositivo de governo e seu funcionamento a partir de um modo específico de racionalidade: a racionalidade neoliberal” (HECK; FERRARO, 2020, p. 3).

Com base nos estudos de Ziliotto, Gisi e Vieira (2018) os discursos sobre políticas inclusivas no Brasil enfatizam a garantia da igualdade de direitos e da qualidade de condições à escolarização. As autoras analisam a influência da lógica neoliberal na ampliação dos serviços de apoio às pessoas com deficiência e utilizam como ferramenta analítica as noções de governamentalidade e biopolítica. O texto demonstra o AEE como uma das principais redes de apoio para a permanência do aluno com deficiência no âmbito escolar, mas somente este serviço muitas vezes não é o suficiente para suprir as suas necessidades.

Neste sentido são notáveis que o neoliberalismo, pautado em uma lógica capitalista, preocupa-se em diminuir os custos com a implementação de políticas públicas voltadas para o acesso de pessoas com deficiência em escolas de ensino comum “nessa lógica, a defesa da existência de lugares que abriguem a todos permite ao Estado maior governo pela economia de forças” (ZILIOTTO; GISI; VIEIRA, 2018, p. 178).

Já Sardagna e Frozza (2019) fazem uma análise das narrativas docentes sobre os processos de inclusão escolar de alunos com deficiência de uma escola da região litorânea do Rio Grande do Sul. Tal pesquisa faz o uso da noção foucaultiana de governamentalidade para evidenciar ações inclusivas para fortalecer o imperativo da inclusão e o governo das condutas discentes e docentes dentro da escola.

As autoras analisam os documentos de alunos com deficiência encaminhados para o AEE, constatando que “[...] as narrativas no eixo da aprendizagem denotam uma intencionalidade de tornar os alunos com

deficiência produtivos [...]” (SARDAGNA e FROZZA, 2019, p. 12) como uma das táticas de governo.

Como se pode evidenciar, estabelecendo relação entre as produções elencadas nessa seção, as maiores recorrências identificadas têm a ver com a problematização da inclusão, enquanto um discurso que deve ser assumido e repetido por todos, sem que se olhe para o caráter normalizador das práticas e para as ações de controle das condutas tanto dos docentes, quanto dos discentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado nas pesquisas, é perceptível a influência que o professor do AEE exerce para que os alunos com deficiência possam permanecer na escola. As práticas de governo exercidas pelos profissionais mencionados nos estudos assumem atividades para além da docência e denotam sua prestabilidade, contribuindo com as instituições e com o Estado para governar com menor esforço.

Sendo assim as ferramentas governamentalidade e biopolítica se demonstram eficientes dispositivos para compreender estratégias de controle e condução das condutas tanto discente como docentes, tanto no contexto da escola, quanto da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Liziane da S.; SARDAGNA, Helena V. Vulnerabilidade Social e Atendimento Educacional Especializado: um olhar para práticas de governamentalidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, p.190-208, 2020.
- GRÄFF; Patrícia; MEDEIROS, Daniela. Inclusão escolar: atendimento educacional especializado, expertise e normalização educação. **Revista do centro de educação**, vol.41, num. 1, 2016, 6. 197-208 UFSM, Santa Maria/BR.
- HECK, G. S.; FERRARO, J. L.. A INCLUSÃO SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA: estado da arte e notas para a formação de professores. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**. UEMS. Nº 4(7), 2020, p. 1–22.
- SANTOS, Iolanda Montano dos. **Inclusão escolar e a educação para todos**. 2010. 210 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010, Porto Alegre, BR-RS.
- SARDAGNA, Helena Venites; FROZZA, Tatiane de. Narrativas e práticas de governamentalidade: a perspectiva do docente sobre o aluno com deficiência. **Educação em Revista**, v. 35, 2019.
- ZILLOTTO, Gisele Sotta; GISI, Maria Lourdes; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. As políticas inclusivas e os serviços de atendimento educacional especializado no Brasil. **Interacções**, v. 14, n. 49, p. 173-188, 2018.